



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 038

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE ABRIL DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 038

38ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Ofícios.....	03
Indicações	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	04
Perda de Mandato	05
Posse de Deputado.....	05
Pequeno Expediente:	
Dep. Antonio Belinati	06
Dep. Tadeu Veneri.....	07
Dep. Pastor Edson Praczyk.....	09
Dep. Waldyr Pugliesi	10
Dep. Fernando Scanavaca.....	11
Dep. Rafael Greca.....	11
Grande Expediente:	
Dep. Jocelito Canto.....	12

Dep. Caíto Quintana.....14

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

 Dep. Antonio Belinati.....06

Liderança do PT

 Dep. Tadeu Veneri

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão/Votação

 Redação Final

 2ª Discussão

 1ª Discussão

 Requerimentos

Encerramento da Sessão

Publicações:

 Presidência

 Ata de Posse.....

 Comissão Executiva

 Atos.....

 Diretoria Geral

 Portarias

Errata.....

DIÁRIO Nº 038

38ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2010

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Chico Noroeste e Neivo Beraldin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Pérciles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinzeiro (42).

Ausentes os Srs. Deputados: Elton Welter, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Edson Strapasson,

Enio Verri, Fábio Camargo, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Nishimori e Ney Leprevost (10).

Ausentes com justificativa a Sra. Deputada Cida Borghetti e Sr. Deputado Teruo Kato (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 038/10 do Sr. Orlando Pessuti - Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 120/10, de autoria do Poder Executivo, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 065/10

SÚMULA:

Indica a isenção do IPVA para todos os modelos de veículos automotores de suas rodas, com mais de dez anos de fabricação.

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado que subscreve dirige-se a V. Exa. para expor e indicar o seguinte:

1 - Que a legislação que concede isenção do IPVA, atualmente prevista para motocicletas com até 125cc, seja estendida para todos os modelos de veículos automotores de duas rodas, com mais de dez anos de fabricação.

Sala das Sessões, em 20/04/10.

(a) FERNANDO SCANAVACA

JUSTIFICATIVA:

A legislação de autoria do Poder Executivo atualmente isenta da necessidade do pagamento de IPVA motocicletas com até 125cc e mais de dez anos de fabricação, excluídas motonetas como Biss 100cc e modelos acima de 125cc.

Desta forma, achamos que a lei poderia ser alterada, a fim de estender o benefício para atender também outra parcela significativa de proprietários, que utilizam desses veículos e não se encontram contemplados pela legislação atual.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1130

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 639/09, por 10 (dez) Sessões, Item nº 07, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 20/04/10.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1131

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 075/10, de nossa autoria.

Sala das Sessões, em 20/04/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 1135

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fernando Silvio Roque de Vasconcelos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/04/10.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 1128

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja inserido, em ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações à CATVE, pelo lançamento do especial "Crack o Mal do Século", sob direção de Jorge Guirado, apresentação e produção de Eliane Mendonça, com imagens de Robson Xavier e edição de Léo Marchewicz e Bruno Limberger.

Requer, ainda, dê-se ciência deste requerimento ao Sr. Jorge Luiz Fernando Guirado, Diretor da CATVE.

Sala das Sessões, em 20/04/10.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Extremamente louvável que uma emissora de comunicação faça um alerta sério sobre o consumo de droga, especialmente o crack, talvez a pior de todas as

drogas, que tem vitimado grande número de jovens e até adultos, trazendo dor e sofrimento a tantas famílias.

Evidencia-se a necessidade de uma política permanente de prevenção, repressão e tratamento para usuários e dependentes dessa e de outras drogas, pelo Estado e pela sociedade civil, pela valorização das famílias e da juventude, razão pela qual, contamos com a aprovação dos nobres Parlamentares para este requerimento, que visa reconhecer o trabalho das pessoas acima mencionadas.

REQUERIMENTO Nº 1132

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após o douto Plenário desta Casa de Leis, o envio de votos de congratulações ao Município de Guaratuba, na pessoa da Prefeita Municipal, Exma. Sra. Evani Justus, pelos 239 anos do Município.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 20/04/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1133

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após o douto Plenário desta Casa de Leis, o envio de votos de congratulações ao Sr. Fernando Menezes Prochet, pela posse na Presidência da Sociedade Rural do Paraná.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 20/04/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1134

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após o douto Plenário desta Casa de Leis, o envio de votos de congratulações ao Sr. Jorge Augusto Callado Afonso, pela posse no cargo de Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Paraná.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 20/04/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1125

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Plenário a aprovação da Moção de Apoio aos Servidores do Ministério do Trabalho em greve.

Os servidores do Ministério do Trabalho estão em greve nacional desde o dia 6 de abril. O Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência Social e Ação Social do Estado do Paraná (SINDPREVS), que representa a categoria afirma que as

negociações com o Governo Federal foram iniciadas em 20 de fevereiro do ano passado. No final do ano passado, a categoria só interrompeu a greve, porque o Ministério do Planejamento teria se comprometido a apresentar uma nova proposta à categoria. Desde então, houve cinco reuniões, mas o Governo não atendeu às reivindicações dos servidores do MTE.

Os trabalhadores do Ministério reivindicam a criação de um plano de carreira específico e independente de outros órgãos. Atualmente, a categoria está atrelada aos servidores da Seguridade Social, que engloba ainda funcionários da Saúde, FUNASA e Previdência. O sindicato alega que os servidores do MTE têm o menor salário do serviço público do País.

A categoria pede ainda jornada de trabalho com atendimento de 12 horas, em dois turnos de 6 horas e que as gratificações sejam imediatamente incorporadas aos salários. Além de melhores condições de trabalho, com a melhoria dos prédios onde as unidades do Ministério estão sediadas, e paridade de reajuste entre ativos e aposentados.

Com a presente moção esperamos que o Governo volte a negociar com a categoria e que apresente uma proposta que contemple suas reivindicações.

Sala das Sessões, em 20/04/10.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1126

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio expediente para o Sr. Orlando Pessuti - Governador do Estado e para o Sr. Carlos Augusto Moreira Junior - Secretário de Estado da Saúde, encaminhando ofício da Prefeitura Municipal de Sarandi, que solicita com a máxima urgência a liberação de recursos financeiros para a aquisição de um veículo para atender a rede pública de saúde do referido Município.

Requer ainda, após aprovado seja dada ciência ao Sr. Carlos Alberto de Paula Junior - Prefeito Municipal e ao Sr. Vereador Cilas Souza Morais - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores - Sarandi-PR.

Sala das Sessões, em 20/04/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 188/10

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade e mapas táteis e informações em braille sobre a localização de lojas e escritórios em locais de grande circulação de pessoas como shopping centers, centros

comerciais, prédios públicos e a localização de atendimento em hospitais e estabelecimentos de saúde no Estado do Paraná.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará ao infrator, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

§ 1º A incidência da multa não desobrigará o seu posterior cumprimento.

§ 2º Em caso de reincidência a multa será aplicada em dobro e assim sucessivamente.

Art. 3º Fica o Poder Executivo responsável pela regulamentação da presente lei em 120 (cento e vinte) dias de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 20/04/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste Parlamento visa ampliar a acessibilidade para as pessoas portadores de deficiência visual nos locais que especifica, baseado no Decreto nº 5296 de 02/12/04, artigo 8º, que define a acessibilidade como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A acessibilidade depende da eliminação de barreiras que limitam ou impedem que a pessoa com deficiência possa usufruir o seu direito à Cidade. De acordo com este mesmo decreto, que foi assinado pelo Presidente Lula, barreiras significa qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação. Esta lei se justifica pela necessidade de eliminar as barreiras que impedem o exercício da cidadania da pessoa com deficiência visual.

Assim, solicitamos aos Pares desta Casa de Leis a aprovação da referida proposição.

Perda de Mandato:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa Diretora comunica aos Srs. Deputados o recebimento do Ofício nº 043/10, datado de 15 de abril de 2010, do Exmo. Sr. Roberto Massaro, Juiz do egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, que comunicou o inteiro teor do Acórdão nº 38100, de sua relatoria, julgamento realizado em 14 de abril de 2010. Restou decidido

no julgamento dos Autos de Petição nº 1846 e Autos de Petição nº 1855, por unanimidade de votos, pela perda do mandato eletivo da cadeira de Deputado Estadual do Sr. Mauro Rafael Moraes e Silva. No prazo de 10 dias, nos termos do artigo 10 da Resolução do TSE nº 22610/07, emposse o suplente mais votado que esteja atualmente filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB.

Em cumprimento ao respectivo acórdão, em conformidade com o artigo 55, parágrafo 3º da Constituição Estadual e artigo 59, parágrafo 3º da Constituição do Paraná, esta Mesa declara a perda do mandato do Deputado Mauro Rafael Moraes e Silva e a consequente vacância da cadeira que ocupava, assegurando o seu direito a ampla defesa nas searas legais.

O que é oportuno que fique claro que, ainda em data de hoje, recebemos um ofício do advogado do Deputado Mauro Moraes, que estaria impetrando um mandado de segurança, em Brasília, que poderá ser julgado ainda hoje, ou coisa parecida. Em decorrência desta declaração, a Mesa solicita ao Deputado Rafael Greca que tome posse, neste Poder, munido da respectiva certidão comprobatória do Tribunal Regional Eleitoral de que é o suplente legal do PMDB, nos termos do artigo 76, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Posse de Deputado:

Tendo em vista a vaga deixada pelo Deputado Mauro Moraes e de acordo com o parágrafo 5º do artigo 4º do Regimento Interno, convido para que acompanhem o Deputado Rafael Greca de Macedo a este plenário, para que o mesmo, na qualidade de 1º suplente, preste o compromisso constitucional e tome posse na vaga existente. Solicito aos Srs. Deputados que recebam em pé o nosso nobre colega.

Seja bem-vindo, nosso companheiro Deputado Rafael Greca a esta Casa, a qual V. Exa. conhece muito bem, para cumprir o que determina o parágrafo 3º do artigo 4º do nosso Regimento. Solicito a V. Exa. que preste o compromisso constitucional.

O SR. RAFAEL GRECA
(**Presta juramento**)

(**Aplausos**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu o declaro empossado e solicito a V. Exa. que tome assento, junto aos seus nobres Pares.

Pequeno Expediente:

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Presidente Nelson Justus, Deputado que aqui representa Foz do Iguaçu e região, Chico Noroeste, Deputado Neivo Beraldin, colegas Parlamentares e paranaenses que acompanham as Sessões desta Casa através da TV MERCOSUL, TV SINAL, e agora também pela internet.

“Minha Casa, Minha Vida”, é a respeito da Cidade de Maringá. Recebo com muita alegria expediente do Marco Antônio Barbosa, que diz: *Boa-tarde, Deputado Belinati. Desde já lhe dou parabéns, pela sua postura totalmente popular. Dias atrás cumprimentei o senhor no ônibus, de Curitiba voltando a Londrina. Homem do povo, tenho acompanhado suas falas na tevê. Peço liberdade para utilizar essa sua simplicidade. É um prazer, meu caro Marco Antônio Barbosa, porque sem o povo não sou ninguém e eu não estaria aqui. Devo toda a minha carreira a Deus e a esse povo maravilhoso, que com o seu abençoado voto me elege para esta Casa de Leis. Ele diz ainda: “Sou morador de Maringá e sob necessidade passei e-mails, por três vezes para algumas autoridades: a chefia de gabinete, ao Secretário da Habitação e de Imprensa, à Deputada Cida Borghetti e ao Deputado Ricardo Barros.”* Ele está aguardando resposta e enquanto isso está aproveitando para mandar e-mail, porque ele acompanha os trabalhos da Assembleia pela tevê. *Ocorre que para Maringá, temos a promessa de 6 mil casas, dentro do Projeto Minha Casa, que é do Lula. Até agosto, em Maringá, nada.*

Então, até o presente momento, em Maringá nada dessas casas prometidas, Deputado Rafael Greca de Macedo, pelo Governo do Presidente Lula. *Há boatos que não será atingido nem 20% dessa meta, ou seja 1 mil e 200 casas. Neste sentido, no atual maravilhoso programa do Lula, solicito resposta.*

Quer saber aqui o Marcos Antonio Barbosa: *Quantas casas já foram entregues? Quantas moradias estão em andamento? Quantas casas estão ainda no projeto? Enfim, qual a expectativa final para Maringá?*

Está certo em querer essas respostas.

Querido Deputado, desejo pronunciamento sobre tal oportunidade da população de Maringá, que aparentemente vai ficar chupando dedos. Vai ficar na promessa, na teoria e as casas não serão todas destinadas à Maringá. Eis aí uma oportunidade de exibir vontade política. Ninguém aqui de Maringá ainda deu resposta sobre o assunto.

Então, meu caro Marco Antonio Barbosa, parabéns pela sua preocupação. Se o Governo prometeu, tem que cumprir.

Encontro-me numa carreira que já caminha para o final, são 42 anos que o povo me elege, mas encontro tanta gente que me abraça e diz: *Sr. Belinati, digo sempre aos jovens: vote no Antonio Belinati, porque o que ele promete ele cumpre.*

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Presidente, como é bom ouvir esse carinho de povo. Cheguei aqui em 1970, pela primeira vez como Deputado, e já vi passar um monte de Deputados aqui igual ao Cometa Halley, porque se um político se candidata, só tem teoria, balela, ilude o povo, a sua carreira vai ser muito clara. Se o Governo prometeu 6 mil moradias para Maringá, acho que devemos sim, fazer um apelo para que essa meta seja atingida. É bom para o empreiteiro, para o engenheiro, arquiteto, pedreiro, pintor, jardineiro, caminhoneiro que vai transportar esse material, etc. E bom principalmente para a família, que vai ter um teto próprio.

Isso é uma coisa fantástica, todos acabam ganhando e, acima de tudo, melhorando a qualidade de vida.

O Sr. Tadeu Veneri (PR)

Concede-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

V. Exa. aborda um tema importante e gostaria de fazer uma consideração. Dias atrás, o Deputado Rossoni fez uma consideração que nos pareceu bastante pertinente com relação à forma como estava sendo, primeiro reformada, depois como ficou a reforma daquela rodovia que vai de São Mateus a União da Vitória. Uma rodovia que foi construída com um custo acima daquele previsto, totalmente intransitável. E concordamos com ele. Esta semana, soubemos que o DNIT reconheceu que há erros no projeto e será refeito. Porque estou dizendo isso? O que isso tem a ver com o Minha Casa, Minha Vida?

entendo que pode representá-lo, não só eleitor, mas pessoas de Maringá podem representá-lo aqui, se entender representado pelo senhor, manda um e-mail e faz um questionamento sobre o Minha Casa, Minha Vida.

Acho que da mesma forma deveriam fazer um levantamento sobre o que foi construído em Maringá, o que poderá ser construído e qual o projeto, afinal, qual o cronograma.

Sei que o programa Minha Casa, Minha Vida pretende construir 1 milhão de moradias e até agora 40 a 50% das moradias foram contratadas, nem todas, inclusive, estão entregues. Aqui em Curitiba mesmo temos algumas milhares de unidades construídas, inclusive em parceria com a COHAB e que não foram totalmente entregues, mas estão no projeto.

Então, acredito que poderíamos contribuir nesse processo trazendo na próxima semana qual é a situação específica do Programa Minha Casa, Minha Vida na Cidade de Maringá e aí, poderemos dar subsídios para responder esta pergunta que faz um cidadão da Cidade de Maringá.

Obrigado pelo aparte e fico já de antemão à disposição.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Que bom, Deputado Tadeu Veneri, eu que sou um admirador de V. Exa., e para quem entende somos adversários, mas essa notícia é muito importante.

Da Luzia Fernandes - ela fala aqui sobre o Dia do Amigo que comemoramos no domingo. Agradeço a Deus pelos milhares de amigos que tenho, e volto a repetir, sem amigo, sem amiga, sem este calor humano não somos ninguém.

Tenho aqui no gabinete do Deputado Duílio Genari, que é um ponto de apoio grande para nosso trabalho, da Deputada Cida Borghetti tem nos ajudado muito, a Liderança do PT, tem a nossa equipe sempre pronta no nosso gabinete e é bom ter amigos, inclusive no próprio ambiente de trabalho. Você quer conhecer um político? Não vote num político se ele não se relacionar bem com seus vizinhos, não vote. Quer conhecer um político? Se ele não se dá bem com sua própria família refugue esse político, porque o cara que não é bom nem no seio de sua família, tem cara que às vezes é político, mora num prédio e nem a vizinhança tolera o político, muito menos os funcionários do prédio. Então, este não é um bom exemplo. Aquele que tem bons amigos, tem boas amigas, pode ter certeza que ele deve ter alguma coisa de bom para oferecer para a população.

A Folha de Londrina traz: *Excluídos terão vacina contra a Gripe A até o mês de maio*. E tem uma matéria interessante: *Empregos e salários podem dobrar as vendas dos supermercados*. Como é bom quando corre dinheiro. Sou contra Governo que fica ensacando dinheiro, guardando dinheiro. O bom é o dinheiro circular, porque é prosperidade. Então, está aqui, quando o povo tem um bom emprego, tem um salário compatível, ele acaba gastando mais em roupa, em sapato, melhora o seu automóvel, troca a TV, come melhor, compra mais no supermercado, é bom para todo mundo.

E aqui uma matéria que tirei da Gazeta de hoje: *Pagar bico para PM também dá cadeia*. Ah, mas que absurdo esta matéria. Isso é um absurdo! O policial coitado faz bico, às vezes até com sono, cansado, depois de correr atrás de bandido, correr risco de vida, mas como o salário que o Governo paga é muito pouco, o policial acaba recorrendo ao bico, trabalhando a noite inteira em porta de boate, de restaurante, de festa para poder levantar algum dinheiro a mais, para diminuir a dívida, para poder oferecer um padrão de vida mais compatível para sua família.

Não concordo. Está sendo aqui divulgado hoje, que até quem contrata o policial para fazer bico, está sujeito o policial perder o emprego e ir para a cadeia e também o contratante. Não querem que o policial faça bico de um salário justo ao pessoal da Polícia Militar.

Temos aqui a PEC, estamos aqui para votar aquela PEC para melhorar a vida do policial militar, dos bombeiros e nada de votar, tem o Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os policiais civis e também da área da Saúde, e lamentavelmente nada disso tem evoluído.

Queremos pedir aqui à nossa equipe da TV SINAL, para dar um close aqui no pessoal de Londrina que está conosco. São lideranças da minha terra, Londrina, nosso Luiz Bárbara, policial de grande respeitabilidade; Ulisses Sabino, grande empreendedor, levou o Shopping Popular para todos os cantos de Londrina, inclusive para os cinco conjuntos; o Cícero Augustin, meu amigo de tantos anos, batalhador pela população de baixa renda e também o Roberto da Farmácia, Vereador ilustre. O que vieram fazer estes senhores aqui? Vieram aqui porque o Vereador Roberto da Farmácia, apresentou um projeto para preservação das nascentes e dos mananciais de Londrina e a Fundação Boticário ajuda, inclusive com recursos. Então parabéns o Vereador Roberto da Farmácia, o Ulisses Sabino, o Cícero porque deixaram hoje os afazeres em Londrina e estão aqui para mostrar o respeito que têm pelo nosso povo. O Vereador Roberto da Farmácia muito querido e muito respeitado e que haja, de fato, liberação de verbas porque o meio ambiente é extremamente importante, a nossa vida, a vida humana, a vida animal passa, obrigatoriamente, pela conservação, pela preservação do meio ambiente.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, me inscrevo também no horário do PT porque são dois assuntos que quero tratar aqui e um deles é a questão da Defensoria Pública e o lançamento de uma cartilha que fizemos.

O que me traz aqui, Srs. e Sras. Deputadas é que me parece necessário que nós todos, Deputados, acho que não há nenhum Deputado aqui que compactue, todos nós Deputados, de certa forma, ficamos chocados com o que aconteceu sexta e sábado da última semana na sede da União Paranaense dos Estudantes. A UPE é uma entidade estadual mais antiga do Brasil, foi fundada em 16/09/39 para representar os estudantes do Estado do Paraná. Esta entidade, alguns Deputados aqui inclusive participaram dela, como o Deputado Waldyr Pugliesi e sabem bem o que sempre representou a UPE no Estado do Paraná.

Tivemos, Deputado Pugliesi, da sexta para o sábado um ato de vandalismo onde absolutamente nada foi roubado, mas foram quebrados - Deputado Rafael Greca que no dia de hoje retoma a sua cadeira, seja bem-vindo - foram quebrados os vidros dentro da UPE, foram usadas cadeiras para que com elas fossem quebradas partes das salas da UPE, foram arrombadas portas da UPE, não foi levado o computador até porque o computador tem bastante tempo de uso. Não estive lá, não conheço as pessoas da UPE, conheço o seu Presidente, estivemos num debate recentemente, mas acho que qualquer Deputado hoje se sente um pouco atingido por este tipo de

vandalismo. Não podemos permitir, em silêncio, que as nossas entidades, sejam quais forem, passem a ser objetos das madrugadas, portanto não passíveis de identificação aqueles vândalos criminosos, ocultados talvez até pela sensação de impunidade porque aquela é uma sede que não ficam nem guardas, nem vigilantes, nem pessoas que durante a noite estejam naquela sede, mas é uma sede histórica para o Estado do Paraná!

É uma sede que, diz a nossa história, a história dos três Reis de Apucarana, a história de todos aqueles que, muitos usando e tendo cargos no Estado do Paraná, a história daqueles que lutaram desde 1939 contra todos os regimes de exceção e que puxaram o Brasil na primeira manifestação pelas Diretas já, que fizeram inúmeras manifestações e que mundialmente sabemos que são os estudantes os primeiros, até pela natureza da sua ocupação, dos seus atos, são os primeiros sempre a se levantar aqui ou em qualquer parte do mundo contra todo tipo de justiça.

Quem não lembra da praça famosa na China e do massacre que houve na praça quando milhares de soldados massacraram estudantes que lutavam pela democracia.

Quem não lembra dos estudantes do México e quem não lembra dos estudantes do Rio de Janeiro, quem não lembra dos estudantes da Argentina, do Uruguai e no mundo todo que sempre se pautaram pelos ideais da democracia.

Portanto, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, as bandeiras do movimento estudantil são bandeiras que todos nós defendemos. Por isso, quando ocorre um vandalismo como esse, quando nada é furtado, mas há sim, razões que nós desconhecemos, há sim uma explícita ação de intimidação e não é possível que nós fiquemos calados.

Falava com a Deputada Rosane e não sabíamos porque chegamos a um acordo sobre o autor, se é Baia-coski ou Bertold Brecht. Mas há um poema que diz muito a todos nós que serve muito para esse momento.

Poema que foi escrito, Deputado Rafael Greca, V. Exa. que é uma pessoa que tem bastante conhecimento cultural e sabe, foi escrito para os nazistas.

Diz que: *eles entram no nosso jardim e roubam uma flor e não dizemos nada.*

No segundo dia eles entram matam as nossas flores, matam o nosso cão e não dizemos nada.

No terceiro dia eles entram na sua casa cortam a nossa garganta, roubaram a nossa voz, porque não temos mais nada para dizer.

Quando ele escreveu isso dizia: *No primeiro dia vieram buscar os comunistas, não disse nada porque não era comunista.*

No segundo dia vieram buscar os judeus, não falei nada porque não era judeu.

No terceiro dia entraram na nossa casa, roubam as nossas flores, pisam no nosso jardim, matam o nosso cão e roubam a nossa garganta.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Por isso, todo apoio àqueles que lutam pela liberdade democrática, aos estudantes que são na verdade os primeiros jovens, qual talvez justamente por isso, os primeiros a se manifestarem, os primeiros, Deputado Zucchini V. Exa. que foi Presidente da Casa, estudante universitário e esteve na Casa do Estudante Universitário sabe que os estudantes são taxados de inconsequentes e alguns até são inconsequentes, infelizmente, a maturidade nos deixa às vezes um pouco mais presunçosos do nosso conhecimento. Mas V. Exa. lembra como era o tempo na Casa do Estudante Universitário.

Quando acontece algo, como aconteceu com a UPES, como aconteceu com a UNE quando queimaram a UNE em 64, todos os democratas do nosso País tem que colocar a sua voz. Porque senão, chegará o dia que não haverá trabalhadores e não haverá absolutamente nada que possamos dizer àquilo que pensamos.

Essa era a consideração que gostaria de fazer o meu apoio incondicional àqueles que hoje sofrem na pele as pressões e atos de vandalismo como esse.

Não podemos concordar com ele. Acredito que a Secretaria de Segurança Pública saberá a seu tempo buscar os responsáveis e puní-los.

Outra consideração que quero fazer é que estivemos na semana passada e o Deputado Marcelo Rangel participou também do lançamento de uma campanha que a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Associação Nacional dos Defensores Públicos Estaduais e Juízes Federais, inclusive, de Ponta Grossa, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União, demais entidades segmentadas da Igreja Católica, Deputados, Vereadores, associações classistas, comerciais, estudantes - principalmente estudantes - estiveram na audiência da OAB para fazer o lançamento de um movimento pró Defensoria Pública do Estado do Paraná nos moldes da Constituição Federal de 1988.

Ao tempo em que aponto a necessidade da Defensoria Pública, se somam também as notas que estão sendo feitas, algumas de repúdio outras de preocupação, mas as notas estão sendo feitas no Brasil inteiro, questionando a celebração do convênio entre a OAB e o Estado do Paraná, convênio que permite que tenhamos hoje um gasto de R\$ 65 milhões, ao longo dos próximos anos, para que tenhamos advogados dativos e estes advogados atendam as centenas de milhares de processos que hoje não têm patronos.

Entendemos, naquele dia, que é preciso olhar este convênio com uma forma transitória. Ao mesmo tempo em que se celebra este convênio, o Estado do Paraná e espero que o Governador Orlando Pessuti ainda no seu Governo, sinalize claramente a intenção de termos a estruturação da Defensoria Pública. Não é possível continuarmos de forma precária com aquilo que é direito e que

quando foi instituído, em 1992, dava 180 dias para ser regulamentado.

Lá se vão 18 anos, os 180 dias viraram 18 anos. Aquilo que era para ser temporário, passou a ser permanente. Não é por acaso que o coordenador nacional da Pastoral Carcerária da CNBB, Padre Valdir João Silveira, e o assessor jurídico da Pastoral Carcerária Estadual de São Paulo, CNBB Sul, Rodolfo de Almeida Valente, na sua carta, dizem: **(Lê):** *Especificamente no Paraná bem sabemos do histórico de lutas e dificuldades dos menos abastados. Inicialmente afro-descendentes e ameríndios viram sua terra natal subjugada pela política de colonização calcasiana, animada pela então Província de São Paulo. Após a elevação do Paraná à estatura de Província (em 1853), agora com o acréscimo de alemães, italianos, poloneses e ucranianos às fileiras dos marginalizados, foram massacrados pelo Governo Federal quando lutavam pelo justo direito à terra na famosa “Guerra do Contestado” (de 1912 a 1926), já no início da República Brasileira”. Na Região de União da Vitória, campos de Palmas, pegando toda esta região, divisa, hoje, do Estado de Santa Catarina com o Paraná.*

De lá para cá, a população pobre do Paraná segue à deriva, sem a devida atenção estatal às condições de desigualdade a que historicamente foi submetida. E privar esta população do acesso a uma Defensoria Pública presente e bem estruturada nada é senão perpetuar esta história de descaso e de marginalização.

Por estas razões, a Pastoral Carcerária solicita ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná a imediata suspensão da execução do convênio, cujos expressivos aportes financeiros finalmente poderão ser alocados para a criação e efetiva estruturação da Defensoria Pública paranaense.

Penso que esta manifestação da CNBB ao convênio feito com a OAB deva ser entendida como uma manifestação da CNBB. Mas, que nós entendamos que o convênio tem - e isto foi expressado, inclusive, no dia, pelos defensores públicos estaduais do Rio de Janeiro e Defensoria Pública Federal - esta celebração do convênio deve ser entendida como temporária. E aí, sim, poderemos, entendendo-a como temporária, poderemos dar os passos necessários para instalarmos definitivamente a Defensoria Pública no Estado do Paraná que não é um sonho. É um direito da população paranaense. É um direito de uma população que tem mais de 300 mil processos, hoje muitos deles não resolvidos por falta de um defensor público. Neste sentido, inclusive, fizemos em junho do ano passado, um seminário aqui no Ministério Público Estadual com a presença de diversas autoridades. Resultou numa cartilha, que é esta cartilha que elaboramos e estamos distribuindo Defensoria Pública, Justiça para todos.

Entendo que só teremos, no Paraná, uma sociedade de fato democrática quando todos tiverem acesso à Justiça e minimamente estivermos cumprindo aquilo que

determina o artigo 5º da nossa Constituição Federal: todos são iguais perante a lei.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Tadeu, gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento e pela luta. Defensoria é direito e está na Carta Magna. E perguntei ao ex-Governador Roberto Requião, via twitter, se na Carta de Puebla existia Defensoria e ele não soube me responder. Existe sim. É um direito, temos que reivindicar e é o momento mais propício para isso. Temos um novo Governador, Orlando Pessuti, e a ele fazemos essa cobrança e também aos próximos pré-candidatos ao Governo do Estado.

Então, quero parabenizá-lo e dizer que também estou nessa luta. Defensoria já para o Estado do Paraná!

Parabéns!

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel!

Quero encerrar dizendo que essa não é, certamente, uma demanda apenas dos Deputados Estaduais. Nós, o Deputado Caíto Quintana e eu, apresentamos um projeto aqui e a Deputada Rosane apresentou emendas à Defensoria. Sabemos da nossa limitação, mas sabemos também que a nossa limitação pode estimular o Governo do Estado a fazer aquilo que é direito da população paranaense e dever do Estado, que é ter a Defensoria Pública como um órgão, de fato, estruturado. Por isso, esperamos que o Governador, recentemente empossado, possa de fato fazer o que todos nós esperamos, que é uma Defensoria Pública com todos os direitos e com todas as obrigações que tem.

E, para encerrar, mais uma vez quero lembrar aqui, até em homenagem à minha companheira Tereza, que está aqui, uma frase muito bonita de uma cantora chilena, que é cantada pela Mercedes Sosa e que serve muito para todos nós. No dia 21 de abril, quando comemoramos o dia talvez do nosso primeiro patrono da independência, vale a frase dita pela Mercedes Sosa: *“Me gustan los estudiantes”*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores que ocupam as tribunas de honra desta Casa, imprensa aqui presentes e Exmo. Sr. Deputado Rafael Greca, a quem desejo as minhas boas-vindas.

Neste momento, amigo telespectador, ocupo a tribuna até para registrar de uma forma bem sucinta, bem breve, uma indignação da parte deste Parlamentar concernente a um pedido de informações que fiz e que lamenta-

velmente, apesar do requerimento de pedido de informações ter sido respaldado dentro da lei e da Constituição do Estado e do Regimento Interno desta Casa, as devidas informações não chegaram até este Parlamentar. Para que V. Exas. se situem no assunto abordado, fiz uma visita ao conglomerado ou Parque de Exposições Castelo Branco e flagrei *in loco*, em um dos vários galpões que ali estão, uma quantidade muito grande de freezers e inclusive mostrei as fotos aqui em Sessão e fiz a crítica de que se os mesmos foram adquiridos, por exemplo, para suprir o programa de Governo Leite das Crianças, por que esses freezers não chegaram aos seus respectivos destinos? Fiz crítica também afirmando que ou eles foram comprados a mais da necessidade, e se foram, foram comprados inadequadamente, embora não seja nenhum expert em freezers, mas todos eles são da categoria C, no que diz respeito ao consumo de energia elétrica. Na ocasião elucidei que os freezers deviam ser comprados ou em quantidade inferior ou, se foram adquiridos por causa de uma necessidade, deveriam ter chegado nos seus respectivos destinos e a compra deveria ter sido feita com mais cuidado, por uma categoria A ou B no consumo de energia.

Isso resultou em um requerimento que não foi respondido até hoje, Sr. Presidente Nelson Justus. E segundo o artigo 55 da Constituição do Estado do Paraná está escrito: *Portará em crime de responsabilidade do Secretário a recusa ou o não atendimento no prazo de 30 dias, bem como, a prestação de informações falsas.* Não recebi informações até hoje, Sr. Presidente. Tenho aqui o protocolo do dia 9 de março de 2010, portanto, já expirou os 30 dias. Não é a primeira vez que fazemos, não apenas eu, mas outros Parlamentares desta Casa, pedidos de informação que passam a duras penas pelo crivo da bancada que dá sustentação a este Governo. E, quando conseguimos essa façanha, ficamos sem resposta. O que entendo ser negligência da parte da Secretaria o qual foi encaminhado o pedido de informação, ou negligência mesmo, descaso com este Poder.

Presidente Nelson Justus, Presidente deste Poder, reivindico a V. Exa. que faço uso das suas prerrogativas para exigir o cumprimento desse requerimento datado no dia 9 de março de 2010 à Secretaria da Educação do Estado do Paraná. Esta é a minha fala, porque em questão está o erário, o dinheiro público, os impostos de cada um dos contribuintes que acompanham fielmente as Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. É uma questão de ordem a reivindicação deste Parlamentar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Deputado Waldyr Pugliesi (PMDB)

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna para saudar a chegada novamente a esta Casa do nosso Deputado Rafael Greca de Macedo. Deputado, para voltar a esta Casa partido que está lhe abrigando, o PMDB, teve que travar uma batalha. Porque durante toda a minha vida política, ela é longa, defendi a fidelidade partidária como importante instrumento para termos, na acepção da palavra, um regime democrático e partidos que pudessem ser considerados como partidos.

Veja bem, muitas vezes, as pessoas se filiam a uma organização partidária sem ter conhecimento do seu ideário, do seu rumo, das lutas que travaram todos os seus militantes, ao longo de tanto e tantos anos. Não conhecem o estatuto e, no desempenho dos mandatos que conseguiram por meio do partido, fazem uma decepção geral, inclusive aos próprios eleitores.

Sr. Presidente Nelson Justus, já vi muitas pessoas votando em candidatos que diziam que iam defender a reforma agrária e, depois, se colocavam contra a reforma agrária, contra a reforma agrícola, contra todas as reformas que estavam no bojo dos objetivos a serem alcançados por essa organização partidária. Quero dizer que dediquei muito da minha atividade, para que nós do PMDB pudessemos ter de volta o mandato que era do partido, porque a lei determina que assim seja. Acima do Soldado, Deputado Greca, está o Exército; acima do Padre está a Igreja; acima do militante partidário está a organização partidária. E nesse caso específico dessa luta que travamos isso ficou muito configurado pela atuação do ex-Deputado Mauro Moraes, que tem o meu respeito como cidadão, mas tem toda minha divergência enquanto político, porque aqui mesmo quantas vezes tivemos que travar batalhas que eram iniciadas por ele e, me perdoem a ausência do ex-Deputado, com muita demagogia.

Todos sabem que é exclusividade do Poder Executivo a autoria de determinados projetos de lei. Deputado não legisla sobre matéria financeira. Pois bem, quando chegavam projetos dessa natureza aqui, imediatamente, com demagogia, se apresentavam emendas extrapolando tudo aquilo que o Governo, por meio de estudos aprofundados, poderia oferecer aos funcionários, jogando o partido contra o Deputado, o Deputado contra todo mundo, somente sob o império da demagogia. Como o Tribunal Superior Eleitoral, Deputado Greca, tem decidido - e espero que seja de maneira definitiva, assim tem que ser - o mandato pertence ao partido e não àquele que disputou eleição em nome do partido que chega aqui, ao Senado, à Câmara Federal, em qualquer Parlamento. Portanto, fixada essa posição da lei que, no nosso entendimento, está totalmente correta, em nome do nosso PMDB, sabemos da competência que V. Exa. tem e, certamente, fará um belo mandato aqui na Assembleia Legislativa.

Seja bem-vindo! Esteja totalmente à vontade dentro da sigla que é plural, mas que não admite traições.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Fernando Scana-
vaca.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT)

O SR. FERNANDO SCANAVACA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna, hoje, para dizer da emenda modificativa que apresentei ao Projeto nº 127/10, que é o projeto da FERROSUL. Pretendo colocar dentro dessa lei, Deputado Cheida, um artigo que dê a prioridade da execução da obra ferroviária da FERROSUL S.A. à empresa que vai ser criada que se inclui o ramal que ligará os Municípios de Cianorte a Guaíra, no Estado do Paraná, passando por Umuarama. Porque estamos hoje autorizando, pela presente lei, admitindo a participação societária de outros Estados. Além de lhe ser possibilitada a associação com empresas estrangeiras e transnacionais, assim é justo que, como representante de uma região desprovida de braço ferroviário relevante, o Noroeste do Paraná, sobretudo Umuarama, encarece de meus Pares e inserção na prioridade acima.

Uma vez que a evidência com a formação de empresas tão díspares, societariamente, sabe lá que opções serão as futuras decisões dessa sociedade. Ao permitir que empresa paranaense abra o seu capital, há algumas exigências para que isso ocorra. No caso, pelo menos o ramo ferroviário aludido, cuja relevância pode ser auferida pelo fato de significar o elo entre Maringá, Londrina, e daí para todos os Países e também para o vizinho País, o Paraguai. Será da maior importância para a região tal via de escoamento da sua produção.

Por isso, gostaria de contar com o apoio dos Pares, para que pudéssemos colocar este artigo, garantindo que uma das prioridades dessa nova empresa, que estamos abrindo, quando a nossa FERROESTE, genuinamente paranaense, e que agora passa a contar com novos sócios, tenhamos então a inclusão de um amigo priorizando a instalação da ferrovia no Noroeste do Paraná, ferrovia esta parada em Cianorte, que já deveria ter sido feita até quando se fez a FERROESTE e que seria muito mais prático e eficiente quando da sua criação, se tivesse sido estendida a Cianorte, Umuarama, Guaíra e Cascavel. Estaria servindo por muito menor custo, porque já existia e existem grandes obras neste trecho de Maringá e Cianorte, e teríamos só uma obra, que seria uma ponte a ser feita, para que essa rodovia possa ser instalada no Noroeste do Paraná.

Vou mais além, o trajeto da ferrovia, quando da colonização do Noroeste do Paraná, já existia no projeto da implantação da Cidade de Umuarama a delimitação da ferrovia que deveria passar por essa Cidade. Infelizmente, a ferrovia parou só em Cianorte, quando foi feita para a Rede Ferroviária Federal.

Gostaria de contar com o apoio desta Casa, para que o Noroeste pudesse ser prioridade nos projetos desta nova empresa que estamos criando, que hoje será votado em 2ª discussão esse projeto de lei enviado pelo Executivo.

Era isso, Sr. Presidente, senhoras e senhores colegas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Rafael Greca de Macedo.

Deputado Rafael Greca (PSDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Boa-tarde, Presidente, Srs. Deputados e senhoras e senhores que estão no plenário.

Venho a esta Casa, hoje, cumprir determinação judicial do TRE, que devolve a cadeira de um ex-Deputado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Venho depois de um período muito gratificante na minha vida, que foi o que exerci na presidência da Companhia de Habitação do Paraná. Posso lhes dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não há coisa mais bonita nem alegria maior do que o momento em que pela entrega de uma chave de casa própria transformamos uma mulher do povo, de simples dona de casa numa mulher dona da sua própria casa.

Não chego de mãos vazias, trago para esta Casa o saldo de 12 mil e 800 casas populares construídas em três anos e três meses de gestão: deixei lá 7 mil e 700 outras casas em obras, nas mais diversas regiões do Paraná. Se o Governador Pessuti suplementar a COHAPAR, perto de R\$ 38 milhões significa 0,15% do orçamento do Estado, todas essas casas ficarão prontas.

Trouxe também a esta Casa a alegria de ter cumprido o meu dever enquanto Secretário de Estado da Habitação, inclusive trazendo para a Região Metropolitana de Curitiba, de volta a atuação da COHAPAR. São 3 mil e 155 casas e construção na grande Curitiba; 953 em Piraquara no bairro do Guarituba; 500 em Colombo, no bairro Jardim Liberdade, Córrego Atuba e Jardim Contorno; 388 em Campo Magro, nos grotões do Rio Passaúna; 70 casas na Fazenda Rio Grande em construção; outras 46 em Almirante Tamandaré; outras 96 em Campo Largo. Todas essas casas juntas, livrarão famílias de áreas de risco. Evitarão que se consume no cenário da grande Curitiba aquele cenário triste que vimos no Rio de Janeiro e frequentemente vemos na grande São Paulo, quando as chuvas afligem o povo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, chego a esta Casa também num momento em que o Poder Legislativo é muito questionado. Questionado pela necessária busca de verdade contra a falsidade das versões. Os que me conhecem sabem que eu mesmo sofri um processo de questionamento enquanto Ministro da República, ao tempo em que servia o Brasil, convidado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, aonde sofri a falsidade das versões. Descobri que o tempo necessário para se encontrar a verdade nem sempre é permissível aos modernos produtores de notícias. Porque o tempo necessário para se buscar a verdade pede a investigação profunda.

Acabei de jurar com o nome sagrado do Paraná. Acrescendo a este juramento o meu propósito cristão de jamais faltar com a verdade. A população do Paraná pode ter a certeza que terá no Deputado Rafael Greca um defensor da verdade. Acho que só a verdade completa nos libertará.

A mocidade hoje fala através de sentenças de 140 toques no twitter. Fala também pelo facebook e pelos e-mails. Fala ainda pela internet. De repente o mundo é uma grande ágora eletrônica. Uma praça grega pública aonde se fala por computadores. O que é muito importante é que a velocidade da informação não atrapalhe o que realmente precisa o Paraná, esta Casa e do processo político.

O Paraná precisa de um Poder Legislativo forte e que seja marcado pela nitidez e pela transparência, para que tenham instituições fortes que justifiquem, inclusive, quando este Poder Legislativo referenda a própria posse do Executivo e do Governador.

Então, contem os Srs. Deputados comigo. Quero agradecer as palavras de boas-vindas dos diversos Deputados que me antecederam, em especial a esse lidador da liberdade, nosso líder, Deputado Waldyr Pugliesi, que conheci também do outro lado do serviço, não aqui na bancada, mas lá nas terra de hálito quente do Norte do Paraná, preocupado em melhorar a sua Cidade de Arapongas, de Jaguapitã, a sua regiões, preocupado também em tornar as mulheres da sua região donas de suas próprias casas, preocupado em conseguir o maior número possível de casas para o seu povo.

Agradeço, Deputado, a sua manifestação a meu favor e venho falar em nome também do Governador Orlando Pessuti que entre todas as suas qualidades se distingue por ser um homem extremamente bom, que tem o coração do lado esquerdo do peito. É a este homem bom que hoje serve o Paraná na condição de Governador que eu também aqui prometo a minha lealdade. Boa tarde.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto, no Grande Expediente.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores que nos acompanharam nesta Sessão Plenária.

Sr. Presidente, ontem eu havia dito aqui ao Deputado Cheida e ao Pastor Edson que está aqui que eu falaria sobre aquele pronunciamento que outro dia fiz na CCJ quando falei a respeito da questão que envolve o famoso caixa dois e que alguns interpretaram diferente e como estamos num clima de bastante tensão no que se refere a mídia, algumas palavras minhas foram colocadas ou mal

entendidas ou não consegui explicar aquilo que queria dizer e vou voltar a dizer hoje aqui de que muitos políticos, muitos, muitos partidos, muitos partícipes de eleições utilizam o caixa dois.

Claro que sempre têm aqueles que não o fazem, mas a grande maioria utiliza o caixa dois.

Mas a grande verdade é que se você olhar o caixa dois realmente está presente na grande maioria das eleições e eu não vou deixar de falar isto, não, nem que o Presidente da OAB queira decoro parlamentar, se alguém quiser propor o decoro parlamentar, à disposição, é um direito que cabe de qualquer um levantar e dizer - olha, não estou satisfeito - eu respeito a opinião de cada um. Agora, ninguém vai me impedir de falar o que penso, até porque senão não adianta estar aqui - não vim aqui para brincar de ser Deputado.

Então, quero fazer esta colocação dizendo, por exemplo, ao Presidente da OAB do Paraná que ficou estarecido com o que eu disse - eu não vi ele ficar estarecido com o caixa dois que foi mostrado recentemente na televisão. Eu não sei se é caixa dois do Beto Richa, se é caixa dois do outro partido, eu sei que o dinheiro está lá, tem uma gravação. É a primeira vez que o caixa dois é filmado, é a primeira vez, está lá o caixa dois, está lá o dinheiro, alguém recebendo o dinheiro. O caixa dois foi filmado. Está lá o caixa dois. Agora, de quem é o caixa dois? Pertencia a quem? O PRTB que era parceiro do Beto na eleição disse que o dinheiro veio dos compromissos da Prefeitura, que veio do Beto, que por sua vez, diz que não deve nada, o Ministério Público Federal, diz que o Beto não deve nada, mas o Juiz diz que não e manda prosseguir a ação. Estou transmitindo o que li na imprensa, era para ter uma audiência esta semana e não teve, este é um caixa dois visível! Há insinuações que vem daqui e vem de lá e eu não vi o Presidente da OAB ficar estarecido com as imagens da TV Globo que mostrou o dinheiro, mostrou o caixa dois! Agora de onde vem este dinheiro, apareceu de onde, de que lugar? É uma boa pergunta, isso a Justiça vai esclarecer agora, o promotor diz que o Prefeito Beto não deve nada que está limpo, o Juiz manda prosseguir a ação, este é um caso de caixa dois que está visível, que pela primeira vez se viu um caixa dois. Como é que não existe caixa dois. Agora de onde veio? É outra história, aí eu não sei, não posso acusar, ele é visível, só não tem a origem dele.

Por exemplo: a eleição de Ponta Grossa e aqui jornalistas de Ponta Grossa que adoram falar de seriedade, vemos que na eleição de Ponta Grossa teve caixa dois. Teve caixa dois! Tenho gravações que estão sendo analisadas pela Polícia Federal sobre as eleições de Ponta Grossa, pessoas falando, documentos, imagens, tudo isto está sendo analisado. Pessoas falando, contando que pegaram dinheiro para votar no candidato, então caixa dois existe!

Quero agradecer ao pessoal do CQC, estou maravilhado com isso, minha mãe me ensinou: "Mal ou bem falem sempre de você!" Estou feliz, até vou mandar um

e-mail para o careca porque estou feliz, estou na mídia. Fico preocupado quando esquecerem de mim, é sinal que já morri, falem bem ou mal, falem de mim!

Quando perguntei quem não tinha caixa dois, é uma pergunta que deixei mas que não acusei ninguém, só acuso alguém, quero deixar isso claro, quando tiver a devida prova. Por exemplo: só vou acusar algum Parlamentar de alguma coisa se tiver alguma prova, aí sim posso acusar! Só posso acusar o Presidente Nelson Justus quando tiver prova contra ele, agora não vou pedir a cabeça do Presidente sem terminar essas investigações, até porque faço parte dessa Assembleia que nunca investigou o Presidente. Não sou falso moralista, eu aprovei as contas do Presidente aqui, aprovei as contas dessa Mesa que dirigiu os trabalhos até aqui e nunca questioneei! Estou errado? Sim eu estou e admiti já isso, publicamente, fiscalizamos as contas de todo mundo, vamos à Justiça, mas nunca fiscalizamos as contas dessa Casa. Alguém pode dizer: “Mas isso não é com a gente, isso é como setor aí, com a comissão que faz isso, nós só votamos em Plenário.”

Mas espere aí, quando vierem as contas de alguns Governadores vi gente questionando as contas aqui, vi debates sobre contas de Governadores, e eu vi muito debate! Porque o papel do Parlamentar é fiscalizar. Então, não vou e vou ser bem sincero: não estou preocupado com reeleição, não estou preocupado com nada. Estou procurando sempre dentro da mais possível franqueza me pronunciar aqui e não vou parar! Não vou parar! Ninguém vai me dar pito! Ninguém! Alguém pode me questionar? Pode. E se eu errar sou muito humilde para de desculpar e sempre fui.

Agora não vou levar pito de ninguém, ninguém vai mandar eu parar, o caixa dois está por aí. Já disse que não falei de Deputados e esse tema nem precisa continuar, porque já disse que não envolveu Deputados quando fiz o comentário. Cada um deve saber o que faz. Agora não vou ser falso. É a mesma coisa que eu pedir para o Presidente: Presidente, o senhor não me dá uma passagem para eu viajar? Quero viajar por conta da Casa! A Assembleia paga! Peço uma passagem para V. Exa. eu tenho direito. Por exemplo: quero ir à posse do Barack Obama, o senhor me permite que eu vá representando a Assembleia? Certamente o senhor diria: “Mas fazer o quê na posse do Barack Obama?” Quero representar o Parlamento, quero ir lá representar a Casa! Eu quero ir lá! Quero sete diárias, Sr. Presidente, para ir à posse do Barack Obama. Olha minha homenagem ao Celso Nascimento que diz que eu faço gesto, obrigado, Celso, mais mídia. Então quero ir na posse do Barack Obama: sete diárias, passagens, viagem, trem, tudo. Se eu pedisse o senhor daria, Sr. Presidente? Acho que o senhor não daria. Mas, não teria coragem depois de pedir algo contra V. Exa.

É aquilo. Vamos começar a passar a limpo as coisas aí. Com aparte o Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Deputado Jocelito Canto, acho que V. Exa. está correto quando diz que ninguém vai calá-lo. Aliás, acho que ninguém deve calá-lo porque o mandato do Deputado deve ser preservado acima de qualquer coisa. Não falo aqui pelo meu partido, até porque esse tema não se discutiu no meu partido, V. Exa. falou, semana passada em cargo em comissão, uma série de coisas. Falo por mim, Sr. Presidente. Me sinto extremamente constrangido quando um Deputado vai, publicamente, dizer que todos têm caixa dois, todos os senhores têm. Sei que o Deputado Jocelito Canto talvez não tenha tido a intenção, na hora em que falou, de dizer isso. Mas foi isso que ficou. Quando se abre penas ao vento, Deputado, não adianta tentar depois juntar uma por uma. Esta Casa está atravessando a mais grave crise de toda sua história, me desculpe, Deputado, mas não é pito. V. Exa. não precisa disso. V. Exa. é um Deputado que representa a população da Ponta Grossa, veio todas às vezes para cá pelo voto popular, aliás, muito bem, tem muito mais voto do que eu, o dobro pelo menos. Agora, não posso admitir, não posso admitir porque acho que quando nós fazemos acusações desse tipo, Deputado, é preciso que pelo menos nós digamos: no Ministério Público Federal está o processo tal onde eu acuso, eu acuso, porque tenho provas esta ou aquela pessoa. Caso contrário, todos somos colocados no mesmo patamar de lama daqueles que usam o dinheiro público para se eleger, daqueles que usam funcionários públicos para se eleger, daqueles que fazem todo o tipo de mutreta que o senhor falou aqui.

Com todo respeito que tenho por V. Exa., a consideração e V. Exa. sabe que é sincera, acho que V. Exa. sofreu muitas vezes uma perseguição extremamente injusta e injustificada, inclusive, e vem sofrendo. Fomos solidários e não somente eu, o Deputado Péricles muito mais do que eu e outros Deputados desta Casa. Mas, Deputado Jocelito Canto, me perdoe, mas não dá para aceitar que se fale depois: não fui eu, não quis dizer isso, quis dizer aquilo. Acho que não quis, realmente, mas disse. Então lamento contestar mas não tenho, não faço e acho que deveria assim: quem acusa deveria mostrar onde está como V. Exa. falou, inclusive, de casos com o ex-Prefeitos ou com outras pessoas. Pessoas do meu partido, inclusive, e lugar de pessoas que fazem caixa dois o senhor sabe onde é!

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então, está confirmado: o Deputado Tadeu não tem caixa dois, obrigado Deputado. Com aparte o Deputado Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Deputado Jocelito, ontem na Sessão quando provoqueei V. Exa. para que aqui expusesse essas razões, foi exatamente para que V. Exa. tivesse a chance de desdizer

ou dizer diferente o que disse. Agradeço seu gesto de humildade de reconhecer que generalizou e toda generalização é problemática, sem dúvida nenhuma. E acredito que a Casa, que estava bastante incomodada com essa generalização talvez agora possa respirar um pouco mais aliviada. Mas, acho que suas explicações são convincentes e fiz aquela provocação porque, em nenhum momento da minha vida pública, e lá se vão quase 30 anos, desde a época de estudante em que fazia política, houve por minha parte qualquer tipo de situação irregular. E aí está o Ministério Público e toda a Justiça que pode atestar isso para qualquer um dos Parlamentares aqui - para bem ou para mal.

Agradeço V. Exa. ter ido à tribuna fazer esses esclarecimentos e me sinto contemplado com suas explicações em desdizer aquilo que afirmou aqui. Era isso.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Queria dizer ao Deputado Cheida que não desdisse nada, só estou dizendo que tem caixa dois, mas não estou dizendo que o Deputado tem caixa dois. E quem tiver caixa dois é problema seu. Agora não é crime mais caixa dois, pelo menos li uma reportagem e serviu para aprender: a Gazeta do Povo ouviu um especialista de São Paulo que diz após o 16º dia depois do diploma o caixa dois pode ser confessado. Se alguém quiser confessar, pode confessar. Está na Gazeta do Povo a matéria que pode confessar o caixa dois se alguém tiver.

Para terminar, Sr. Presidente, quero dizer que nós não cometemos injustiça, erros. Mas têm muitas pessoas que lhe acusam, mas que tentam levar V. Exa. para um caminho que V. Exa. não foi. Pessoas que lhe acusam, lhe criticam, querem a vossa cabeça, mas que agiram de forma - no meu ponto de vista, imoral, e que V. Exa. não deu. Estou falando de um Parlamentar e se alguém se ofender levante e diga: Não sou eu! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acredito que a Assembleia vive um momento ímpar na sua vida. Estou nesta Casa, Sr. Presidente, no final destes 28 anos de mandato parlamentar como Deputado Estadual. Já desempenhei nesta Casa funções de Liderança de Governo, Liderança da Bancada, fui relator da Constituinte Estadual e, diga-se de passagem, esta Casa não faltou um centavo para fazer sua Constituição. Fez com a colaboração de entidades e com os funcionários da Casa. Exerci por dois, três meses, interinamente a presidência, estive na Casa Civil por dois mandatos - foram sete anos, e desempenhei uma série de outras funções na vida pública que me levam a dizer que mesmo em trabalhos específicos da Casa, como a Constituinte, não tenho e não

deixei cargos oriundos daquele trabalho que pudesse ter indicado ou feito.

Vejam, Srs. Parlamentares, que a Assembleia Legislativa de hoje não é Assembleia Legislativa de ontem. A de ontem trabalhava manualmente. Já tenho dito isso e fizemos a Constituição do Paraná com os pareceres escritos à caneta para depois serem passados a limpo numa máquina de escrever. Aqui não tinha nenhum computador. Esta Casa precisa reconhecer que vivemos muito tempo sem organização interna do comportamento administrativo da Assembleia Legislativa. Os fatos foram se acumulando e foram mandando, os nomeados, as pessoas que entram na folha, a folha roda automaticamente e você perde, muitas vezes, a noção daquilo que acontece.

Digo isso porque os fatos levantados na Assembleia Legislativa foram salutares para nós. Para V. Exa., que é o Presidente, para os Deputados, foi importante, porque trouxe à Assembleia uma avaliação de toda a sua estrutura e de tudo que ela é. Bateu sobre o Poder, e o Poder precisa se organizar, precisa fornecer os dados a qualquer instante, precisa ter o conhecimento pleno de quem recebe, por quem recebe, onde está e quanto recebe. É inadmissível que a Assembleia não faça isso.

Senhores, se hoje estamos conversando nestes termos, é porque houve evolução, é porque a Assembleia abriu-se mais, se informatizou, ela consegue dar as condições para que seja efetivamente controlada.

Parto de um princípio sempre assim: digo que foi salutar a denúncia, que foi importante para que caíamos na realidade da necessidade urgente de que esta Casa se reorganize. Mas a denúncia, em qualquer condição de vida, necessariamente tem que dar o direito de defesa.

A Casa tem que ter o direito de defesa. Acho que a Casa tem muita coisa para explicar e muitas são explicáveis, e as que não forem explicáveis serão condenadas. Não há como se jogar tudo sobre uma instituição, sobre uma Mesa Executiva, sobre os Parlamentares e não cessar o ataque, para que se possa oferecer os dados, o que foi que aconteceu, por quem aconteceu, quem errou. Quem está errado vai pagar, mas não pelo nosso discurso aqui de dentro, vai pagar porque o Ministério Público seguramente vai denunciar quem tem que ser denunciado. Mas essa pessoa também terá o direito de explicar onde errou, por quem errou. Não pode ser assim! Falo isso porque tenho visto manifestações que não me agradam.

Respeito muito a decisão da Bancada do PPS, um partido com características próprias e têm os seus Deputados, tem a sua Executiva. Mas acho que o caminho desta Casa não é atirar um contra o outro. É somarmos forças para que cada um responda por aquilo que precisa responder. A Casa responda por aquilo que precisa responder, os gabinetes respondam pelo que têm que responder.

De nada adianta essa guerra total estabelecida, porque ela vai prejudicar e não é a presidência da Assembleia, não é o Deputado individualmente, é este Poder. E a defesa deste Poder cabe a qualquer um de nós. Defen-

der o Poder não significa acobertar equívocos e erros que tenham acontecido. Não é isto que estou afirmando. Estou afirmando a independência deste Poder. Não podemos continuar assim. Existem organizações insuflando a invasão da Assembleia Legislativa. Amanhã poderão estar insuflando a invasão do Tribunal de Justiça e depois de amanhã, a invasão do Palácio Iguazu.

Vejo, por exemplo, hoje, ocorrendo confrontos. Estudantes que sempre foram recebidos dentro desta Casa, num instante nos tornamos inimigos. A luta pela reconstrução da sede, feita com entusiasmo pela população, como um instrumento histórico de homenagem a estudantes, e esta Casa participou disso. Daqui a pouco somos inimigos. Daqui a pouco, qualquer segmento social, o Deputado passa a ser pessoa desconhecida, uma pessoa desprezada, que passa a ter os próprios defeitos que a grande maioria não tem. Não é possível assim.

Acho que temos que ter o momento da justificativa. A Mesa, como tem feito a Presidência da Casa, todos os questionamentos feitos, todas as solicitações feitas são entregues às autoridades que pedem. Agora é hora de você fazer a comprovação do que é verdade, do que não é verdade, de quem deve, de quem não deve, para que não sejam, no conjunto, todos condenados.

Vejo discussões que começam a se tornar prejudiciais ao comportamento da Assembleia. A própria discussão da questão do caixa dois é movida, neste instante, exatamente por uma tentativa de se explicar que a política é assim. Não! A política não é assim! Ou não deveria ser assim ou não pode ser assim! A política tem que ser um ato de representação popular, com dignidade.

Mas, se cada um de nós imaginar e vir à tribuna no improviso, começamos a colocar fatos que não existem e ao invés de procurarmos mostrar nossa verdade, ficamos aqui encurralados, tentando achar um devendo para o outro, ah, senhores, vamos desmoralizar esta legislatura, infelizmente. E esta legislatura não deve todos os pecados que esta Casa cometeu. Não deve todos os pecados!

Amanhã nos julgamentos que acontecerem, nas ações que forem movidas, seguramente a opinião do Paraná vai perceber de quando e quem são os responsáveis por esta quantidade de atos praticados ao longo do tempo e que vieram a culminar no dia de hoje.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Caíto Quintana, é momento de reflexão. Então, acho que deveríamos refletir sobre o Poder Legislativo como um todo, separando evidentemente esta Casa, o que é o poder administrativo da Casa, que sempre está nas mãos de poucos, e repetidas vezes voltam os mesmos; e também refletir um pouco sobre a ação legislativa dos Deputados. Ficamos um pouco devendo sobre o exercício pleno do nosso Poder. Estamos nos acanhando, ao longo do tempo, em relação às nossas atividades constitucionais.

V. Exa. há de compreender que o que leva a este estado de coisas é aquele domínio total do poder, quase

sempre nas mãos de poucos. Estou nesta Casa no sexto mandato. Nunca tive oportunidade de ser o gestor da Casa. Se tivesse sido um gestor, eu diria: informatizar a Casa, no mínimo, para que os Deputados pudessem ter acesso e conhecimento mínimo da administração da Casa.

Agora, V. Exa. diz e tem razão, porque o Presidente Nelson Justus avançou muito, mas o sistema, que vem desde a época de 1 mil novecentos e não sei o quê, a rigor, para ser mudado, deveriam ter sido mudadas algumas figuras-chaves de posto, sendo que o sujeito que está no posto tal deveria mudar, no mínimo, para outro posto. Isso porque não é possível permanecer permanentemente um processo administrativo e burocrático sem a informatização e sem a informação. Então, isso só é possível acontecer quando há um certo entendimento; só que esse entendimento é com o dinheiro público. Se fosse uma empresa privada que não tivesse essa organização transparente certamente ela teria quebrado.

Então, a constatação que faço hoje é de que estamos assistindo a uma situação que é necessária com urgência, no sentido de retomar o rumo administrativo da Casa. Mas não só isso, compartilhar esse rumo com todos os 54 Deputados se faz necessário, porque do contrário não temos nem condições de fazer a defesa, porque não conhecemos.

Então, eu diria a V. Exa., Deputados Caíto Quintana, que sirva para todos os Deputados e que sirva para este Poder este momento que é duro, que é um momento de extrema dificuldade, não só para a Mesa Executiva mas para todos nós Deputados, mas que é possível, sim, a partir deste momento, reorganizar e colocar esta Casa onde ela tem que estar, com transparência, com eficiência, com o cumprimento da função parlamentar que cada um de nós recebemos nas urnas.

Enfim, Deputado Caíto, V. Exa. coloca que deve ser uma conversa franca, da maneira com que estamos colocando hoje, e espero que a Casa inteira comece a conversar segundo o tom que V. Exa. deu no seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Pois é, Deputado Neivo. O objetivo desse pronunciamento é exatamente esse, para que percebamos que a Casa precisa se modernizar administrativamente, se organizar. Mas veja bem, Sr. Presidente, a Casa encerrou na semana passada o recadastramento dos seus funcionários e imediatamente, para que ninguém seja privado do recadastramento, determinou a exoneração de todos os funcionários da Casa de cargos em comissão a partir do dia 30 deste mês, e um recadastramento dos gabinetes, dentro da nova lei aprovada, respondendo cada gabinete pelos seus funcionários e respondendo a Casa pelos seus funcionários administrativos. Acho que este é um passo muito importante, que haverá de nos dar uma noção exata de quem é quem e onde trabalha.

Mas o que quero dizer, e volto a afirmar, que esta é uma responsabilidade coletiva: o alerta está dado. Agora, os passos que serão dados a partir da Casa são administrativos, e a partir dos erros são judiciais. Não podemos continuar insuflando invasões da Assembleia, e vi uma coluna insuflando a invasão da Assembleia. Podemos ter divergências com Deputados, mas se chegarmos ao ponto do desrespeito total a um Poder, não é esta legislatura que inviabiliza, inviabiliza as próximas, o Poder que constitui a essência da democracia. Prezo o Legislativo! Minha vida foi feita no Legislativo. Este Poder tem que ser respeitado. E temos que fazer respeitar este Poder.

Faço essa colocação porque nos furtamos de falar desse assunto, que tem que ser encarado abertamente. Os nossos erros têm que ser corrigidos. Mas tampouco podemos satanizar um Poder, condenar a todos. Julgar que há aqui dentro uma casa de horrores, quando a Assembleia Legislativa sempre esteve presente nos grandes momentos da vida do Paraná, nunca se furtou a receber as pessoas aqui dentro.

Na semana passada, quando os portões da Casa foram derrubados, existia uma manifestação do MST por reforma agrária, uma movimentação de uma semana. Mesmo após aquele incidente o MST fez uma solicitação a esta Casa para utilização do espaço desta Assembleia Legislativa para uma discussão. E a Assembleia Legislativa, imediatamente, cedeu o espaço. O MST aqui esteve, fez a sua reunião e, encerrada a reunião, foi para suas atividades da semana.

Então, gostaria que tivéssemos na Casa uma unidade de cada um de nós procurar, dentro do espaço que nos cabe, fazer a Assembleia Legislativa readquirir, nos atos que praticar, a confiança de todos.

Quero dizer, Deputado Nelson Justus, a V. Exa., não acredito que o caminho seja o seu afastamento ou da Mesa. Não acredito! V. Exas. são legitimadas por voto. Voto de urna para ser Deputado e voto de Deputados para ser Presidente. Diga-se de passagem, por unanimidade. V. Exa. recebeu todas as acusações que poderia receber. O mínimo que se espera é que lhe seja dado o direito de responder às acusações que fizeram e poder dar a colocação e a versão dos fatos de acordo com aquilo que V. Exa. possa oferecer.

Espero que o clima, na próxima semana, possa ser melhor e que estejamos abertos para poder dar, a quem nos solicitar, as informações necessárias, porque de nada vale, não se esconderá mais nada. O processo de transparência, infelizmente, teve que acontecer pelo arrombamento da porta, assim é que foi. É doloroso, é triste, mas mesmo com essa penumbra que cobre esta Casa espero que possamos dar a resposta necessária para que um novo tempo possa surgir a partir daqui, cada um respeitando a liberdade do outro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Muito obrigado, Deputado Caíto Quintana! Quero agradecer V. Exa. pelas gentis palavras e dizer que, desde o primeiro momento em que aqui sentei, não tive outro compromisso senão buscar a modernidade e a transparência. Não foi fácil e não está sendo fácil mudar uma cultura de muitos anos nesta Casa. Mas estamos muito perto de atingir isso. E só com o apoio de todos é que vamos conseguir, com pronunciamentos e ações como de V. Exa. e de outros Deputados que querem o fortalecimento desta Casa e a busca da verdade.

Cansei de dizer aqui neste microfone, que este era um caminho sem volta, que eu não ia retroceder nem um milímetro, e nós não vamos retroceder. Primeiro, respondemos a todos os quesitos que foram solicitados pelo Ministério Público, tanto pelo Ministério Público como pela Polícia Federal. Ontem, iniciamos a entrega dos Anais originais dos Diários Oficiais da Casa. Desde 1994 estamos entregando ao Ministério Público, desde ontem, porque o volume é muito grande. Entregamos de cinco anos, ontem, e vamos, até o final das próximas semanas, chegar a 2010.

Não há razão, e eu havia dito que não iríamos esconder absolutamente nada. V. Exa., Deputado Caíto Quintana, como o Deputado Anibelli, que estão aqui há 28 anos, eu estou aqui há 20 anos, se alguém disser que a Casa não mudou, que a Casa não se modernizou, que não avançamos, que as coisas não ficaram mais transparentes, estão redondamente enganados.

Muito obrigado, Deputado Caíto Quintana.

Bloco PPS/PMN. Democratas. PMDB. Bloco PSB/PRB/PV. PSDB. PDT. Bloco PTB/PR. Liderança da Oposição. Liderança do Governo.

(**Todos declinam**).

Convido ao Deputado Vice-Presidente, Antonio Anibelli, para que dê continuidade a Sessão.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Leitura do Expediente

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Sobre a mesa, Indicação nº 065/10, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, indicando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a isenção do IPVA para todos os modelos de veículos automotores de duas rodas, com mais de dez anos de fabricação. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 009/10, de autoria da Comissão Executiva, suspende o pagamento de provimento em comissão de servidores não recadastados perante o Poder Legislativo. **Aprovada. (Publ. no DA nº 034/10, de 12/04/10, em Projetos de Resolução).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 010/10, de autoria da Comissão Executiva, exonera servidores lotados em cargos e funções de provimento em comissão no Poder Legislativo. **Aprovada. (Publ. no DA nº 034/10, de 12/04/10, em Projetos de Resolução).**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que altera a Lei nº 2504 de 21/11/95, que foi alterada pela Lei nº 4128 de 10/12/59 (Pensões). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 485/09, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que determina a obrigatoriedade de caixa eletrônico em braille e áudio em todas as agências bancárias do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHC e CICT. EMENDAS DA CCJ.

Em votação o Projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação duas emendas da Comissão de Justiça. Votaremos em bloco as duas emendas. Em votação. **Aprovadas.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/10, que constitui a Ferrovia da Integração do Sul - FERROSUL S/A, com o propósito de, sob controle público, planejar, construir e operar ferrovias e sistemas logísticos no Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

Sobre o referido projeto, emenda modificativa de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 127/10

Atendendo ao disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, o Deputado que o presente subscreve propõe que o Projeto de Lei nº 127/10, oriundo do Poder Executivo, passe a contar com o seguinte artigo:

“Art. Entre as prioridades do plano de execução das obras ferroviárias da FERROSUL S/A se inclui o ramal que ligará os Municípios de Cianorte a Guairá, no Estado do Paraná.”

Sala das Sessões, em 20/04/10.

(a) FERNANDO SCANAVACA

Apoiamento:

Felipe Lucas, Neivo Beraldin, Luiz Fernandes Litro, Elio Rusch e Luiz Accorsi.

JUSTIFICATIVA:

A FERROESTE, com a autorização da presente lei, admitirá a participação societária de outros Estados, além de lhe ser possibilitada a associação com empresas estrangeiras e transnacionais. Assim, é justo que, como representante de uma Região desprovida de braço ferroviário relevante, o Noroeste do Paraná, sobretudo Umuarama, encareça de meus Pares a inserção da prioridade acima aludida, uma vez que, à evidência, com a formação de empresas tão dispare, societariamente, sabe-se lá que opções serão as que orientarão as futuras decisões.

Ao permitir que empresa paranaense abra seu capital, é justo que se delineiem algumas exigências para que isso ocorra. No caso, pelo menos o ramo ferroviário aludido, cuja relevância pode ser aferida pelo fato de significar o elo com Maringá, Londrina e, daí, para todo o País e também para o Paraguai.

Será da maior importância para a Região tal via de escoamento de sua produção.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça, para apreciação da emenda.

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 055/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que assegura ao consumidor o direito de saber, antes, durante a negociação e depois da compra, o valor dos impostos embutir no preço do produto ou do serviço. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDC. COM EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 012/09, de 03/03/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 055/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 055/09, proposta versa sobre direito do consumidor, na medida que trará maiores

informações sobre o preço pago pelos consumidores.

Fundamentação

A partir da premissa proposta, tem-se que, pela Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

Bem se sabe que compete a lei federal ou nacional traçar as regras gerais e as demais esferas políticas implementar complementação.

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Até mesmo o artigo 31 da mesma lei pode servir de base:

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidades, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

O que o presente projeto faz é exatamente a complementação, plasmando direito ainda não completamente enumerado no texto da lei nacional.

Prosseguindo, passe-se a análise da Constituição do Estado do Paraná, que dispõe o que segue:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Resta portanto, aferida a legitimidade para o início do processo legislativo no caso.

Prosseguindo e percorrendo o texto constitucional maior, podemos ver que no artigo 170, que dispõe acerca da ordem econômica, fica claro também que:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

V - defesa do consumidor;

E por raciocínio inverso, infere-se que o projeto poderá trazer uma maior fiscalização, redundando em redução de sonegação fiscal, na medida em que todas as informações estarão expostas de modo claro.

No que se refere à imposição de multa, parece acertada a ideia do Parlamentar, na medida e que incrementará a eficácia da lei quando publicada. O único ponto a ser complementado é o do órgão competente para impor tal multa. Assim, propomos uma emenda aditiva ao artigo 4º do presente projeto, fixando que o PROCON

deverá impor tal penalidade, quando tiver notícia da omissão de informações.

Conclusão

Portanto, devido ao respeito aos aspectos constitucionais e legais, nosso parecer é pela aprovação do Projeto nº 055/09, com a adoção da emenda aditiva ao artigo 4º, conforme anexo.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 055/09

O artigo 4º do presente projeto passa a conter a seguinte redação:

“Art. 4º. O descumprimento das disposições contidas na presente lei sujeitará o infrator a multa no montante equivalente a 30 UFPs-PR - Unidade Fiscal Padrão do Estado do Paraná, a ser aplicada pelo PROCON/PR.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 055/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 055/09 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, assegura ao consumidor o direito de saber, antes, durante e depois da compra, o valor dos impostos embutidos no preço do produto ou serviço.

A presente matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Após, esta comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

O presente projeto de lei é meritório, pois determina que o Estado promova e proteja o consumidor de condutas arbitrárias e excessivas, fazendo valer o parágrafo 5º, XXXII da Constituição Federal, onde diz: “a lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços”.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08/12/09.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 639/09, de autoria dos Deputados Professor Lemos, Tadeu Veneri e Péricles de Mello, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDC. (Publ. no DA nº 141/09, de 18/11/09, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 639/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Professor Lemos, Tadeu Veneri e Péricles de Mello, visa dispor sobre penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão da orientação sexual. O objetivo da proposição é garantir instrumentos de coibição e punição à discriminação e preconceito por orientação sexual.

Cabe mencionar, que já foram apresentados projetos de lei semelhantes, dentre os quais destacamos: o 355/03 - arquivado a pedido do autor - e ainda, o 333/03 e o 306/05 - arquivados por força do artigo 273 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

Fundamentação

O projeto de lei ora analisado não encontra óbice no âmbito Constitucional, visto que a nossa Carta Magna dispõe que o Brasil constitui-se em um Estado Democrático de Direito, onde se tem como objetivo fundamental a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Dessa maneira, é legítima a norma que coíbe e pune discriminações de qualquer natureza:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Da mesma forma, não existem obstáculos constitucionais no tocante à competência legiferante. Senão vejamos:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná também dispõe que um dos objetivos do Estado é o combate à discriminação:

Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

III - a defesa, a igualdade e o consequente combate a qualquer forma de discriminação;

Nesse sentido, é senão dever do Estado garantir o fim da discriminação, que como sabemos, consiste no tratamento desigual ou preferencial de alguém, prejudicando outrem. Destarte, o Estado cumpre sua função quando regulamenta punições a atos atentatórios ou discriminatórios.

Quanto à técnica legislativa, o projeto em questão verificou os requisitos da Lei Complementar nº 095/98, não havendo incoerência alguma para sua plena aplicação.

Conclusão

Em face ao exposto, tendo em vista a constitucionalidade e a legalidade do presente projeto de lei, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02/03/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DOS DIREITOS DA GRIANÇA
PROJETO DE LEI Nº 639/09

P A R E C E R :

Os nobres Deputados Professor Lemos, Tadeu Veneri e Péricles de Mello submetem à apreciação desta Casa o Projeto de Lei nº 639/09, estabelecendo sanções para quem discriminar pessoas por suas opções sexuais.

Já existem legislações federais e estaduais sobre o mesmo assunto, mas é louvável a iniciativa dos autores desta proposição, daí nosso parecer ser favorável à sua aprovação, por não causar nenhum impacto financeiro aos cofres públicos.

Inegavelmente o projeto, aprovado e transformado em lei, evitará o desamparo e a discriminação motivada pela opção sexual.

Sendo favorável à aprovação deste projeto, anseio votos de que sua tramitação e aprovação pelo plenário ocorram o mais rápido possível, atitude que demonstrará, na prática, o respeito dos Deputados Estaduais do Paraná a todos os seres humanos, independente da opção sexual de cada cidadão.

Sala das Comissões, em 10/03/10.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1130, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 639/09.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1125, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1126, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1128, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1131, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1132 a 1134, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1135, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 373/08, 063 e 128/10.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 485/09.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 055/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 020/07, 080, 110/10; e do Projeto de Resolução nº 011/10.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 013/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Presidência

Ata de Posse

ATA DE POSSE DE DEPUTADO ESTADUAL

Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e dez, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado, o Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, convidou o Sr. Rafael Greca de Macedo para assumir a cadeira de Deputado Estadual, na vaga deixada pelo Sr. Mauro Moraes. Em seguida o Sr. Presidente convidou o Sr. Rafael Greca de Macedo para prestar compromisso previsto nos parágrafos 3º e 5º do artigo 4º do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa do Estado. O compromisso prestado foi o seguinte: “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado do Paraná, desempenhando lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem estar do nosso Estado.” Encerrando o ato, o Sr. Presidente declarou reempossado no cargo de Deputado Estadual o Sr. Rafael Greca de Macedo e determinou a lavratura da presente ata de posse e sua publicação no Diário da Assembleia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente ata vai assinada pelo Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente do Poder Legislativo e por mim, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente
RAFAEL GRECA - Deputado Estadual
ERON ABBOD - Diretor Geral

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0184-A/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 0653, datado de 01/02/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARCELO HENRIQUE CRESTANI, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Augustinho Zucchi, a partir de 01/02/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/02/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0363/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1858, datado de 04/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ODILMAR DE MOURA LUTZ, para exercer cargo em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Pastor Edson Praczyk, a partir de 04/03/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0364/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3707, datado de 07/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CLAUDIO SLOMPO RAMOS, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 22/03/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0457/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2525, datado de 16/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LUIS CARLOS BORIN, do cargo em comissão, do Gabinete da Deputada Cida Borghetti, a partir de 15/03/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0491/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3694, datado de 07/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOEDI MACHADO, do cargo em comissão, da Administração, a partir de 22/03/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0496/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 050/10, de VANESSA CRISTINA DI RENZO, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0497/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 2280/09, de LURDES IGNACIO FERNANDES BUENO, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0502/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2265, datado de 08/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSE MARIA SCHNEIDER, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 01/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0505/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 0205/10, de OSVALDIR PEDROSO LOPES, por ser indevido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0506/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1730, datado de 01/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ACIR CEZAR MATIOLI PAOLINI, do cargo em comissão, da Administração, a partir de 01/03/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0507/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1610, datado de 01/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ENIVALDO DA ROSA RIBAS, do cargo em comissão, da 1ª Secretaria, a partir de 01/03/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0508/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 0316/10, passando a valer a seguinte redação: exonerar, a pedido, WILSON SCHABATURA, do cargo em comissão, junto à Administração, a partir de 01/03/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 20/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0509/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 0320/10, passando a valer a seguinte redação: exonerar, a pedido, SANDRA REGINA FRIGERI, do cargo em comissão, junto à Liderança do PT, a partir de 01/03/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 20/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0510/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 0348/10, de JOÃO CARLOS SIRINEU MACHADO, por ser indevido.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 20/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0511/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3325, datado de 01/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CARLOS EUGENIO MAURMANN CARDOSO, do cargo em comissão, da Administração, a partir de 01/04/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0513/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1611, datado de 01/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MERCEDES MORETTI JORGE, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01/03/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0514/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1612, datado de 01/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, PALMIRA PRIMO, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01/03/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0515/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1614, datado de 01/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, VANIA DE OLIVEIRA PEREIRA, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01/03/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0516/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1613, datado de 01/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, OSVALDO FAGUNDES DIAS, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01/03/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0517/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1625, datado de 01/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, CARLOS GIRNEY SCHABATURA, do cargo em comissão, da Presidência, a partir de 01/03/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0518/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1624, datado de 01/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ELIANA DO ROCIO ERTHAL TISSOT, do cargo em comissão, da Presidência, a partir de 01/03/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0519/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2913, datado de 26/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, VANESSA MILENE DE SANTANA, do cargo em comissão, da Presidência, a partir de 26/03/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0520/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2679, datado de 18/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LUCIANA BRIZOLA FRUTUOSO, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Jonas Guimarães, a partir de 07/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral***Portarias***

PORTARIA Nº 0399/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4152, datado de 14/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, CINTHIA BEATRIZ FERNANDES MOLINARI, matrícula nº 40392, de 14 (quatorze) dias, a partir de 29/03/10, com término em 12/04/10, CID 10 F 32.9.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16/04/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0400/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4148, datado de 14/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, RAQUEL TOUMA SAWAYA, matrícula nº 40551, de 11 (onze) dias, a partir de 03/04/10, com término em 13/04/10, CID 10 H 10.2 e H 10.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16/04/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0401/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3964, datado de 12/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar, a funcionária estável, CARMEN CÉLIA FREGONEZE, matrícula nº 40602, na Coordenadoria da Ata, da Diretoria Legislativa, a partir desta data.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16/03/10.

(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0403/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3330, datado de 01/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

designar que, a servidora LOUISE B. R. SANSON, matrícula nº 40732, seja lotada junto ao Departamento de Pessoal, a partir de 01/04/10.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20/04/10.

(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral

Errata:

Estamos republicando a Portaria 391/10, publicada no Diário da Assembleia nº 034/10, de 12/04/10, por ter saído com incorreções.

PORTARIA Nº 391/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3681, datado de 07/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARCIA BORIO WOJTUNIK, matrícula nº 41010, de 30 (trinta) dias, a partir de 01/04/10, com término em 01/05/10, CID. 10 O. 44.0.

Gabinete da Diretoria Geral, 08/04/10.

(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral